

NEGROS E NEGRAS CHEGAM À UNIVERSIDADE: ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA UFAL E AS MUDANÇAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

NEGROS Y NEGRAS LLEGAN A LA UNIVERSIDAD: UN ESTUDIO SOBRE LA POLÍTICA DE CUOTAS RACIALES EN LA UFAL Y CAMBIOS EN LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA

Josenilda Almeida Cavalcante¹, Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne²

Resumo: O presente artigo tem como tema: A política de cotas raciais na Ufal e as mudanças na prática pedagógica. Tem como objetivo de analisar as medidas que a instituição vem adotando para garantir uma prática pedagógica inclusiva para os discentes cotistas, do curso de graduação em odontologia da referida. O curso tem proposta pedagógica diferenciada, as atividades da prática profissional são realizadas na própria instituição, nos laboratórios e clínicas, gerando custos para aquisição de Kits acadêmicos pelos alunos, tornando-o um caso instigante e específico, para a análise da permanência. Metodologia com abordagem da pesquisa qualitativa, fundamentada no método fenomenológico. Professores, estudantes, gestores e coordenador do Programa de Ações Afirmativas foram entrevistados fornecendo elementos para relatar as medidas, descrever o acompanhamento e avaliar a relação entre a proposta pedagógica e a permanência dos cotistas no curso. Diante do exposto conclui-se que, existe a necessidade de investimentos nos mecanismos institucionais de assistência estudantil, nas estratégias pessoais de permanência e no estabelecimento de metodologias de inclusão contemplando segmentos com histórico de exclusão.

Palavras chave: Cotas, Ação afirmativa, Democratização, Permanência.

¹Maestría en Ciencias de la Educación - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación - Universidad Autónoma de Asunción E-mail: jac.ternura@gmail.com.

²Orientadora: Prof. Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne –Universidad Autónoma de Asunción, Paraguay Email: clarazevedo@globo.com

Resumen: *Este artículo tiene como tema: La política de cuotas raciales en la Ufal y los cambios en la práctica pedagógica. Tiene como objetivo analizar las medidas que la institución ha venido adoptando para garantizar una práctica pedagógica inclusiva para los alumnos cupos, de la carrera de odontología de la mencionada. El curso tiene una propuesta pedagógica diferenciada, las actividades de práctica profesional se realizan en la propia institución, en laboratorios y clínicas, generando costos para la adquisición de kits académicos por parte de los estudiantes, convirtiéndolo en un caso instigador y específico para el análisis de permanencia. Metodología con enfoque de investigación cualitativa, basada en el método fenomenológico. Se entrevistó a docentes, estudiantes, directivos y coordinador del Programa de Acciones Afirmativas, brindando elementos para relatar las medidas, describir el seguimiento y evaluar la relación entre la propuesta pedagógica y la permanencia de los estudiantes cupo en el curso. Frente a lo anterior, se concluye que existe la necesidad de inversiones en mecanismos institucionales de atención al estudiante, en estrategias personales de permanencia y en el establecimiento de metodologías de inclusión que contemplen segmentos con antecedentes de exclusión.*

Palabras Claves: *Cuotas, Acción afirmativa, Democratización, Permanencia.*

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema: Negros e negras chegam à universidade: estudo sobre a política de cotas raciais na Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e as mudanças na prática pedagógica, teve como objetivo analisar as medidas que a instituição vem adotando para garantir as práticas pedagógicas inclusivas para os discentes das cotas raciais, do curso de Odontologia da Ufal. Diante de tal conjectura, é indispensável entender a relevância das ações afirmativas que são medidas especiais e temporárias, adotadas pelo poder público, que objetivam mitigar desigualdades historicamente acumuladas, promover a igualdade de oportunidades e compensar prejuízos decorrentes da discriminação passada ou presente.

Esse artigo destaca, a política pública expressada pelo programa de reserva de vagas para cotistas egressos de escolas públicas nas instituições federais de ensino

superior, instituída pela Lei nº. 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, vista como uma ação afirmativa que deve ser destinada, metade das vagas, para a pessoas com renda familiar bruta mensal per capita de até um salário mínimo e meio. A outra metade pode ser destinada a pessoas com renda superior a este valor. Além disto, nos dois subconjuntos de cotistas, devem ser reservado um percentual de vagas específico para pretos, pardos e indígenas, de acordo com a representação destes grupos nas respectivas unidades da federação em que estejam sediadas as instituições de ensino superior - IES, com base no último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2012a).

O panorama nacional da luta histórica dos negros no Brasil para ter acesso a direitos universais de igualdades de oportunidades na educação, mesmo passados dez anos da implantação das medidas adotadas nas universidades públicas, não tem sido considerada, sendo necessário refletir sobre as experiências técnicas e pedagógicas resultantes das políticas afirmativas em desenvolvimento, incluindo esse grupo.

Assim sendo, uma das finalidades, a formação dos estudantes de odontologia que iniciam a jornada como cotista requer uma atenção diferenciada do Programa de Ações Afirmativas (PAAF), uma vez que sua permanência necessita de apoio devido aos custos financeiros e pelo fato da instituição não dispor de Kits nem de material de consumo e equipamentos de proteção individual necessários para o corpo discentes realizar aulas nos cenários de prática.

O PAAF é administrado pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígena (NEABI), visa a promoção e acompanhamento das políticas curriculares, formação de professores e produção de conhecimento; do sistema de cotas; das políticas de acesso e permanência de estudantes cotistas, sendo o responsável pela política recém implantada na instituição. É o NEABI quem deve recepcionar, acompanhar, apoiar e implementar as medidas inclusivas traçadas pela instituição para garantir a permanência de negros e negras que chegam à universidade.

Diante disso, faz-se necessário analisar as medidas adotadas pela instituição para garantir a permanência dos alunos cotistas no curso. Essa pesquisa analisou o

curso de Odontologia da Ufal, pelo fato de os estudantes terem que adquirir um Kit acadêmico e equipamentos de proteção individual em suas aulas práticas. Entretanto, o critério para ingresso dos cotista no curso é ter renda inferior a um salário mínimo e meio, como os referidos materiais são de alto custo, emerge a questão: quais as medidas adotadas pela instituição para garantir a permanência desses estudantes no curso?

A metodologia utilizada para essa pesquisa foi de abordagem qualitativa e paradigma fenomenológico, tendo como fontes de coleta de dados a análise documental e aplicação de entrevista para os alunos, coordenadoras do curso, professores do 4º e 5º períodos e a diretora do NEABI, angariando, interpretando e analisando as respostas obtidas das questões que permeiam todo processo referente a permanência dos estudantes durante o curso.

Este artigo está organizado em três partes. A primeira trata do referencial teórico, aborda a expansão do ensino superior como um fenômeno complexo; discorre sobre as ações afirmativas na educação superior brasileira e sobre a lei de cotas: histórico e concepções. A segunda parte trata dos aspectos metodológicos da pesquisa. A terceira, encerra o artigo tecendo as considerações finais sobre os resultados obtidos. Finaliza com as referências utilizadas.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A Lei de Cotas quando sancionada, diversas universidades federais já adotavam algum tipo de política de ação afirmativa. Essa seção será dedicada a apresentação da lei propriamente dita. Expõe o seu conteúdo, orientações de operacionalização e descreve algumas iniciativas de acompanhamento e avaliação que foram empreendidas pelo Ministério da Educação (MEC) e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), extinta pelo Decreto Nº 9.759, DE 11 de Abril de 2019.

Em termos genéricos, as ações afirmativas são definidas como medidas

redistributivas que visam a alocar bens para grupos específicos, isto é, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica e/ou cultural passada ou presente (Zoninsein, Feres Junior, 2006). Agrupados sob essa denominação encontram-se procedimentos distintos que visam a mitigar desigualdades e que, não raro, atendem a reivindicações coletivas, como distribuição de terras, de moradias, medidas de proteção a estilos de vida ameaçados e políticas de identidade.

A ação afirmativa se diferencia das políticas antidiscriminatórias puramente punitivas por atuar em favor de coletividades discriminadas e indivíduos que potencialmente são discriminados, podendo ser entendida tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. Políticas antidiscriminatórias puramente punitivas só se preocupam em coibir comportamentos e práticas que promovam discriminação sem, contudo, cuidar da elevação das condições de vida de grupos e indivíduos discriminados. No Brasil, aqueles “classificados como negros (pretos, pardos, morenos e mulatos) estão expostos a condições de vida, educacionais e salariais extremamente desiguais quanto comparados ao segmento branco da população brasileira” (Munanga; Gomes, 2006, p. 175).

Ao longo da história de desigualdades entre brancos e negros, Souza (1983) também argumenta que essa limitação, ocasionou a divisão de dois grupos na população negra: o primeiro, composto por todos aqueles que se conformava com a “vida de negro”, que não perseguiram seus sonhos e o segundo, dos que ousavam romper com esse processo de sujeição entre negro e miséria.

Desse processo dual, as hostilidades ganharam força, entre os grupos e o surgimento de casos de sucesso, definidas enquanto exceções, já que gradativamente se tornaram referências, por serem poucos aqueles que efetivamente conseguiam ascender socialmente, tendo em vista a ausência de políticas públicas em prol de incentivos para toda a população marginalizada:

As políticas públicas e sociais voltadas ao ensino superior visam garantir a valorização e a sobrevivência das universidades públicas do Brasil, as quais formam a maior rede de ensino superior do país. Entretanto, essas políticas carecem de financiamento para se manterem eficazes, mas tendo em vista os recentes cortes orçamentários do governo federal para a área da educação, contraditoriamente a manutenção e preservação estão comprometidas para as instituições pública favorecendo o avanço das instituições privadas.

Conforme citado anteriormente neste capítulo, os estudos sobre a questão racial no Brasil apresentaram as evidências sobre as diversas práticas de discriminação racial, determinantes para aprofundar as desigualdades raciais, no século XXI, permitindo, com isso, processos desiguais de mobilidade social entre brancos e não-brancos, com a ascensão sendo marcadamente garantida para os brancos, em detrimento dos negros, situação que persiste na atualidade (Schwarcz, 2012; Ribeiro e Schlegel, 2015, Prates, 2015).

As pesquisas realizadas foram fundamentais para exigir dos poderes públicos, adotar medidas de reparação. Não se trata, porém, de manter o olhar no passado, para a história do negro brasileiro, mas analisar as relações raciais estabelecidas no cotidiano, tendo em vista que há no presente razões suficientes para compreender a manutenção das desigualdades, que resultam desse passado, que não nos deixa esquecê-lo.

Por um lado, as ações afirmativas são tratadas de forma pertinente, quanto à sua concepção, alcances e desafios, geralmente descritos a partir dos estudos de casos desenvolvidos nas universidades, ou acerca das relações entre influências estadunidenses e características específicas no contexto brasileiro.

As políticas públicas são iniciativas que nascem de demandas sociais, que por meios diversos são assumidas pela esfera estatal, a partir de decisões de intervenção numa determinada realidade. No caso em tela, a Lei de Cotas se originou de uma provocação do movimento social negro e após longo período de tramitação foi

concretizada. Somada a outras iniciativas, representa uma conquista valerosa no contexto do ensino superior brasileiro e vem contribuindo para a sua democratização.

Com as determinações expressas em lei, seria possível adquirir terras, se os escravos não dispunham de recursos? Sem direito a comprar, portanto, habitar nas terras, foram obrigados a mendigar por espaços de moradia, resultando no retorno às grandes propriedades rurais, continuando subordinados, em trabalhos servis, desprovidos dos direitos trabalhistas, ou ainda, deslocando-se para o interior do país. De acordo com Tavares e Verçosa (2009) essa concentração se deu em maior grau no Nordeste, em função da adaptação ao clima mais quente.

Na definição dos municípios como entes federativos autônomos implicaram, que, nos anos 90, as relações próprias a um Estado Federativo. Para Arretche (2015, p. 17) “estas passaram a operar sobre bases institucionais inteiramente distintas daquelas que caracterizavam as relações intergovernamentais no regime militar”. Em termos político-institucionais, nos anos 90, governos estaduais e governos municipais passaram a ser autônomos e independentes.

A autora analisa os impactos dessa reforma, centrada nos efeitos da descentralização, sobretudo para os estados e municípios com maior fragilidade econômica e fiscal para assumirem a gestão de políticas sociais transferidas, nas diversas áreas.

No campo da educação superior há concordância que as políticas públicas sociais são os maiores desafios do momento atual, para Costa e Castanha (2003, p. 971) “a preocupação de avaliar programas públicos, em geral, e programas sociais, em particular” encontra-se entre esses desafios. Durante anos, a produção de conhecimento técnico na busca da melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público sempre esteve muito mais voltada para os processos de formulação de programas do que para os relacionados a sua implementação e avaliação.

Partindo-se do pressuposto norteador desse estudo, qual seja, o de analisar o

percurso da implementação de uma política educacional (precisamente o programa de ações afirmativas na UFAL), foi necessário, portanto, considerar como os estudiosos conceituam políticas sociais, especialmente aquelas criadas e norteadas, nas reformas educacionais dos anos 1990, concomitantes com as mudanças na economia (mundialização e financeirização), inspiradas nos princípios neoliberais.

De fato, as pesquisas encomendadas por órgãos de um governo podem situar ou descrever sobre questões gerais sobre a população da amostra, a metodologia empregada, o contexto da implementação e, ao final, divulgar os principais resultados. A diferença da pesquisa acadêmica é que outras informações são levantadas e questionadas, incluindo aquelas apresentadas pelo próprio governo, sendo que o conhecimento gerado vai trazer novas respostas ou novas indagações sobre os alcances da política, para a região e/ou público beneficiados.

De acordo com o seu próprio Regimento o NEABI é o responsável pela implantação e acompanhamento das medidas de permanência dos alunos cotistas nos cursos da instituição a partir das políticas traçadas pelo PAAF. Este programa dentro de suas ações instituiu o sistema de cotas para população afrodescendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL. Após a sua aprovação pelos Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), o programa é estruturado em 04 (quatro) sub- programas: 1- Políticas de Cotas, 2- Políticas de Acesso e Permanência, 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento. Esses 04 (quatro) subprogramas são coordenados pelo Neabi.

Entre seus objetivos específicos estão a implantação do sistema de cotas para negros/negras com o percentual de 50% (cinquenta por cento) das vagas destinadas a todos os cursos da UFAL que compõem o Processo Seletivo Seriado. Além disso, o Programa contém 13 metas físicas sendo a fundamental para essa pesquisa, a meta que se refere a Política de apoio à permanência, a qual cria uma modalidade de bolsa

acadêmica, para atender os alunos carentes dentro dos programas existentes na UFAL. Essa nova modalidade de bolsa tem sua gestão realizada pela Administração Superior e pela Coordenação do PAAF, com recursos advindos do MEC. O PAAF também se responsabiliza para garantir acesso ao restaurante e a residência universitária. Em 2018 o quantitativo de bolsas permanência contemplaram 1.468 alunos dos cursos da UFAL Campus Maceió, destes 536 foram destinadas a quilombolas e indígenas (UFAL, 2018).

O Programa de ações afirmativas vêm contribuindo, com a política de ingresso por cotas, para reduzir desigualdades sociais em termos locais, regionais e nacionais, tendo em vista que, o ingresso a partir do SISU permite a inserção de estudantes de diferentes regiões brasileiras, a partir da inclusão de mais negros no ensino superior, historicamente, este um espaço da elite brasileira, estando a população afro-brasileira à margem, em processos escolares que, no período anterior à reserva de vagas, nunca lhes permitiram conquistar o pleno desenvolvimento humano.

A importância da política de cotas para o ingresso, bem como a necessidade de aprimorar outros aspectos operacionais relevantes, como o PAAF se faz necessário para a garantia da permanência no ensino superior e inclusão no mercado de trabalho.

No tangente à área educacional, foi abordado o quanto o ensino no Brasil já nasceu elitizado, como reflexo da ofensiva neoliberal, tanto na educação básica quanto superior, com as incorporações das políticas impostas pelas agências financeiras internacionais e multilaterais incentivando a privatização do ensino, como por exemplo o Banco Mundial.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa com abordagem qualitativa, descritiva por permitir a produção de conhecimentos que se fundamentam no paradigma fenomenológico por possibilitar ao pesquisador descrever qualitativamente a realidade temática do ambiente de pesquisa. Para Alvarenga (2019, p. 51) “a investigação fenomenológica estuda a

maneira como as pessoas experimentam seu mundo, sua vivência, que significados tem para elas e como compreendê-los”.

O desenho metodológico de acordo com Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 125) se “refere ao plano ou estratégia criada para obter a informação desejada”, que nesta pesquisa é responder aos objetivos traçados. Os dados foram obtidos a partir de análise documental e de entrevista com alunos, gestoras – coordenadora e vice coordenadora – do curso, professores do 4º e 5º períodos, e a diretora do NEABI, angariando, interpretando e analisando as respostas obtidas das questões que permeiam todo processo referente a permanência dos estudantes durante o curso.

A análise e interpretação dos dados se deu de acordo com o desenho coreográfico descrito por Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 492), consistindo nos seguintes passos: o que dizem os documentos oficiais no que se refere ao PAAF e ao PPP do curso de odontologia da Ufal, sua relação com a teoria apresentada na literatura sobre o tema e as respostas as entrevistas realizadas. Os dados foram analisados na perspectiva de dar respostas aos objetivos de pesquisa.

O contexto estudado foi o curso de bacharelado em Odontologia da Faculdade de Odontologia da UFAL (FOUFAL). O perfil do profissional a ser formado é o de um cirurgião-dentista, generalista, capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio.

Para o curso de odontologia da Ufal, foco desta pesquisa, ingressaram 118 estudantes cotistas, para o primeiro semestre de 2019 (2019.1). Para 2019.2 tiveram acesso ao curso 113 estudantes cotistas. Estes são atendidos pelo Programa de Ações Afirmativas, coordenado pela Pró Reitoria de Extensão e pelo Núcleo de Estudos Afro Brasileiro (NEABI), que visa possibilitar a inserção do estudante cotista no âmbito acadêmico, através de desenvolvimento de ações de pesquisa e de extensão, bem como desenvolver estudos relativos a relações étnicos raciais.

Ainda que a UFAL seja uma universidade pública e seus cursos de graduação não possuam mensalidade, entretanto, existe para o discente as despesas com permanência na instituição – moradia, alimentação e transporte, há disciplinas nas quais os alunos precisam desembolsar altas quantias para comprar os materiais exigidos – Kit acadêmico e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para garantir a participação em aula e um bom rendimento nas atividades, principalmente nos laboratórios e clínica de dentística. Nesse contexto, a pesquisa visou responder à questão: que medidas a instituição vem adotando para garantir uma prática pedagógica inclusiva para os discentes cotistas, do curso de graduação de odontologia na Universidade Federal de Alagoas do Campus A.C. Simões na cidade de Maceió/Al?

O projeto da pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL, parecer nº 3.749.005/2019 com o CAAE nº 20089419700005013.

RESULTADOS

Os resultados dessa pesquisa sobre as ações afirmativas convergem com os encontrados na literatura. Para Albuquerque e Pedron (2018) “o tema ações afirmativas, apesar de não ser recente, recebe pouco destaque na comunidade acadêmica no Brasil”. Entre os professores entrevistados apenas um conhecia a existência de medidas que auxiliam os estudantes a garantir ao básico da sobrevivência, ou seja, as metas do programa de ações afirmativas são desconhecidas para a maioria dos professores entrevistados, segundo eles disseram: “Eu não conheço todas as medidas, mas sei que alguns alunos recebem bolsas da Pro Reitoria Estudantil” P4, os demais professores desconhecem “Infelizmente não conheço. Desconheço” P3, “Não, eu desconheço” P2. “Não conheço nenhuma medida específica” P1.

Vários estudos sobre a permanência de cotistas foram realizados em diferentes universidades e de acordo com Moehlecke (2004) “eles apontaram as dificuldades enfrentadas e a necessidade do olhar acadêmico sobre o tema”. As gestoras do curso “não conheço detalhadamente às medidas, [...] desconheço o número de cotistas que tem acesso ao curso, [...] espero receber documento informando quem é cotista para

acompanhar.

Exceto um aluno entre os entrevistados, respondeu “não conheço a existência de ações afirmativas para permanência na instituição” A4. Os demais descreveram: bolsa permanência no valor de R\$ 400,00; gratuidade de acesso no restaurante universitário, acesso a residência universitária. “As políticas de permanência necessitam estar vinculadas não somente ao custeio financeiro dos ‘cotistas’. A concessão de bolsas é medida essencial e não pode ser a única” (Queiroz, 2009, p. 10). As ações afirmativas específicas para o grupo étnico racial que frequenta o curso de odontologia, limita-se a investimentos financeiros, voltadas para a sobrevivência, bolsa permanência, acesso gratuito à residência e ao restaurante universitário que mesmo assim, não são específicos para cotistas afrodescendentes, mas atendem toda comunidade estudantil.

O acesso ao ensino superior, segundo Oliveira (2011) possibilita a chance de progressão pessoal e profissional e presume-se que a médio e longo prazo, a presença desses estudantes cotistas, em cursos mais concorridos, resultará na formação de especialistas negros em condições de competir por uma vaga no mercado de trabalho.

Entretanto, quando esses estudantes chegam ao 4º e 5º período do curso que necessitam do Kit Acadêmico e dos EPI, o alto custo para aquisição dos equipamentos e a falta de medidas adotadas pela instituição para garantir o acesso a esse material didático, comprometem a permanência. A seguir, o relato dos entrevistados sobre as medidas de correção das desigualdades e sua relação com a permanência no curso.

Sobre a aquisição do Kit acadêmico e dos EPI os estudantes relatam. “Alguns professores orientam o que realmente vai precisar para gente não gastar muito dinheiro, mas os outros nem elaboram a lista, quem nos passam as informações são os colegas que já tiveram a experiência” A1 e A3. “Outros professores dizem quero esse material e quem não tiver não faz a prática” A2. “O valor da lista varia entre R\$3.000,00 e R\$4.000,00 e depende da cotação do dólar” A4. “Cada um compra seu próprio Kit acadêmico arcando com os custos, sem acesso a nenhum auxílio” A5.

“Alguns contam com a solidariedade de colegas que já se formaram e que fazem a doação do Kit” A6.

Os professores dizem: “desconheço as instruções dadas aos cotistas para a aquisição do Kit acadêmico” P1. “Não sei como os alunos fazem para ter acesso ao kit” P2. “O professor tira dúvida de como utilizar o material, mas a forma como vão adquirir isso eles buscam sozinhos” P3. “Às vezes eles conseguem comprar usados ou comprar em conjunto para ter desconto” P4.

As gestoras relatam: “são os próprios estudantes que fazem a aquisição sem nenhum apoio institucional e/ou pedagógico e, que os alunos entram no curso e vão tomar ciência dessas despesas quando se encontram no 4º período” C1. “[...] a instituição não faz doação dos Kits, em certa oportunidade os alunos fizeram pressão e a administração geral ficou de providenciar, mas nunca cumpriu a promessa” C2.

De acordo com Junqueira (2007) assegurar a permanência e uma formação de qualidade, sobretudo em cursos que requerem dos estudantes altos investimentos em equipamentos pessoais (computadores, estetoscópios, publicações importadas, etc) e exijam deles dedicação praticamente exclusiva, configura-se um desafio para todos os(as) formuladores(as) de políticas públicas na área da educação superior (Junqueira, 2007, p. 28)

As medidas de correção das desigualdades preconizadas no PAAF, permeiam quatro eixos que envolvem as políticas de cotas, políticas de acesso e permanência, políticas curriculares e de formação de professores e, políticas de produção de conhecimento. Elas foram elaboradas visando garantir o acesso e a permanência dos estudantes na universidade na perspectiva de auxiliar financeiramente a sua manutenção na instituição. (Ufal, 2003)

Por outro lado, existe o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam

combater situações de repetência e evasão. Conforme Decreto nº 7.234/2010 o PNAES abrange nove áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Devido a autonomia das instituições, na Ufal os estudantes têm acesso aos auxílios a partir de Editais publicados pela Pro Reitoria Estudantil (PROEST) e estes abrangem bolsa auxílio pró graduando, bolsa monitoria, assistência para o restaurante universitário, auxílio a alimentação, assistência a residência universitária, auxílio moradia (Edital n. 02/2019 PROEST/UFAL). De modo que não há auxílio para a aquisição de material didático, como o requisitado pelo curso de odontologia da UFAL.

As dificuldades em relação à aquisição do instrumental e dos materiais se iniciam no quarto e quinto período do curso. É uma preocupação constante entre estudantes cotistas e um grande desafio para maioria dos entrevistados. O custo financeiro é considerado um impedimento para a permanência dos cotistas no curso. Além dos instrumentos, é exigido uma grande quantidade de materiais de consumo e descartáveis, que não são fornecidos pela Universidade, como luvas e máscaras, estes devem ser adquiridos por todos os estudantes.

São diversas as formas e caminhos utilizados pelos estudantes para conseguirem o que necessitam para usufruírem do conhecimento advindo das aulas práticas “tem que comprar todo material descartável e ainda que algumas coisas do consumo a gente tem aqui, só que é muito limitado, né? (...) Mas a gente compra” A1. “Eu tentava (...) comprava a e ia parcelando” A4; “minha mãe recebeu o décimo-terceiro salário, aí foi o 13º dela todinho” A2; “a gente dá um jeito, vende alguma coisa” A3; “a gente fez uma compra conjunta da turma, aí ficou mais barato” A1; “as lojas de produtos odontológicos- acabam facilitando os parcelamentos” A6.

O estresse relatado pelos estudantes para a aquisição de pelo menos a lista mínima do que necessitam está explícito na fala: “E assim, a gente fica muito prejudicado porque quando começou as aulas desse semestre eu estava louca, o que

eu vou fazer para adquirir o instrumental...” A4. A questão do instrumental e material exigidos no curso de Odontologia, apesar de todos os esforços dos estudantes e familiares, a sua aquisição dificulta a permanência e figura como fator de exclusão.

São várias as causas da retenção e evasão de alunos no curso superior, Bardagi e Hutz (2009) citam entre outras “o descontentamento com horário das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, falta de informação sobre o curso e a profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações e problemas financeiros”. De acordo com Imperatori (2019, p. 239) “a questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos”, situação que ocorre no referido curso.

Além de descrever as medidas adotadas pela instituição para garantir a permanência dos estudantes no curso, avaliar essas medidas torna-se importante por permitir melhorar a eficiência destas, aumentando os impactos previstos, aprimorando sua implantação, bem como promovendo o acompanhamento e gerenciamento das metas planejadas.

O contexto histórico do processo de inserção de cotas no ensino superior brasileiro e a avaliação da implantação de ações afirmativas ressaltam no dizer de Passos (2015, p. 155) “a crescente explicitação do racismo da sociedade brasileira e das assimetrias nas condições de vida entre brancos e negros”.

Ao serem questionados sobre a eficácia dessas ações os professores afirmaram desconhecer e, por isso “não tenho como avaliar” P1, P2, P3 e P4. Quanto as gestoras do curso “Eu realmente não estou acompanhando, não sei o que eles estão fazendo de medida mesmo efetiva” C1. “Desconheço o conteúdo, já ouvi falar, mas me comprometo em ler” C2. O desconhecimento dos professores e gestoras parece evidenciar a ausência de discussões sobre o PAAF e o perfil dos estudantes cotistas.

Vale ressaltar que o NEABI/ UFAL é o órgão responsável pela implantação e acompanhamento das políticas de ações afirmativas, a diretora ao ser solicitada a

avaliar a eficácia do PAAF ela traça um panorama positivo quando afirma “O PAAF está sendo ampliado com cotas para a pós-graduação”, além disso, deverá implementar “na graduação e na pós-graduação, formação de servidores e servidoras para que essa temática seja introduzida no cotidiano da universidade”. Outro aspecto por ela considerado positivo é o aumento do número de estudantes cotistas “Começou com 25% para pessoas negras, hoje é 50% e contemplam os campi do interior”. Considera também um avanço a institucionalização “das bancas de heteroidentificação que esse ano já participou do processo seletivo”.

Além disso, continua ela com uma avaliação positiva ao afirmar que “a universidade cumpre o seu papel que é possibilitar institucionalmente que essas ações sejam feitas, sejam fiscalizadas sejam avaliadas inclusive com o controle do ministério público”. Segundo contata-se da avaliação da diretora do NEABI, o PAAF abrangeu ações de dois entre os quatro eixos declarados em seu projeto, ou seja, ampliação do número de cotas e formação de servidores.

De acordo com Faria (2005) “a avaliação pode ser evocada para apoiar decisões e buscar resolução de problemas, ter função educativa ou para uso político”. Avaliar é uma forma de mensurar os resultados, além de contribuir para o desempenho da política de implementação de ações afirmativas, em termos legais, no âmbito da UFAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alicerçada pelas narrativas dos gestores, professores e alunos, da legislação e da literatura sobre os campos da educação superior e das políticas públicas, além da análise das experiências das ações afirmativas nas universidades públicas do Brasil, destaco quais são as medidas que a Ufal vem adotando para garantir a permanência dos alunos no curso de odontologia.

A ausência de orçamento específico do PAAF é o aspecto mais limitador para garantir a execução do Programa, por parte da equipe responsável e, também para viabilizar a permanência dos estudantes com maior grau de vulnerabilidade. As bolsas

concedidas são advindas de projetos diversos, que muitas vezes são temporárias, com prazos determinados de aportes para a Universidade, o que por sua vez, implica na não continuidade da assistência aos mais vulneráveis.

As políticas públicas são iniciativas que nascem de demandas sociais, que por meios diversos são assumidas pela esfera estatal, a partir de decisões de intervenção numa determinada realidade. No caso em tela, a Lei de Cotas se originou de uma provocação do movimento social negro e após longo período de tramitação foi concretizada. Somada a outras iniciativas, representa uma conquista valorosa no contexto do ensino superior brasileiro e vem contribuindo para a sua democratização. A pesquisa realizada permitiu confirmar a importância da política de cotas para o ingresso, bem como destacou a necessidade de aprimorar alguns aspectos operacionais relevantes.

As reservas de vagas são um marco para a democratização do ensino superior, mas, entretanto, novas linhas devem ser escritas na história da política da educação brasileira. O estudo mostra indícios de que as ações afirmativas adotadas pela UFAL não atendem as necessidades de permanência dos estudantes, uma vez que se encerram no ingresso, novas questões se apresentam e, para o horizonte é necessário, a criação de projetos institucionais que favoreçam a permanência dos estudantes de odontologia na Ufal. Este estudo abre novas perspectivas para a continuidade e desenvolvimento de outras pesquisas acadêmicas sobre as políticas afirmativas por desencadear reflexões e discussões sobre a necessidade de se garantir a todo cidadão o direito à igualdade e o direito à diferença.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, R. A., & Pedron, C. D. (2018). The goals of affirmative actions in a brazilian higher education institution: the academic community's perception. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), 54-73.

- Albuquerque, R. D. A. F. (2016). Resiliência organizacional: o caso da ação afirmativa na UFMT. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1518>
- Alvarenga, E. M. de (2019). Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Normas e técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Versão em português. César Amarilha. 2ª ed. Assunção, Paraguai.
- Arretche, M. (2003). Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(51), 7-10.
- Bardagi, M. P., & Hutz, C. S. (2012). Rotina acadêmica e relação com colegas e professores: impacto na evasão universitária. *Psico*, 43(2), 5.
- Brasil. (2013). Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Síntese de Indicadores 2012. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: http://flp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/pesquisa_nacional_por_amostra_de_domicilio_anual/2012/volume_brasil_2012.pdf Acesso em 26 abr.2019.
- Brasil. (2013). Ministério da Educação. Portaria MEC nº. 804, de 28 ago. 2013. Institui a Comissão Consultiva da Sociedade Civil sobre a Política de Reserva de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior, para contribuir com a implementação da Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, e elaborar propostas de ações que promovam a concretização efetiva da reserva de vagas junto às instituições federais de educação superior. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 30 ago. 2013. Disponível em: Acesso em 23 dez. 2019.
- Costa, F. L. da, & Castanha, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, 37(5), 969-992.

- Gomes, N. L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, 33(120), 727-744.
- Junqueira, L. P., Pinheiro, F. P., & Maior, J. C. S. (2012). SUSTENTABILIDADE: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2009. *Revista Científica Hermes*, 6.
- Moehlecke, Sabrina. (2017). *Fronteira Da Igualdade No Ensino Superior: Excelência E Justiça Social*. (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Munanga, Kabengele. (2003). Políticas De Ação Afirmativa Em Benefício Da População Negra No Brasil: Um Ponto De Vista Em Defesa De Cotas. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano Ii, N°. 22, Universidade Estadual De Maringá, Paraná. Disponível em: <<http://www.Espacoacademico.Com.Br/022/22cmunanga.Htm>> Acesso em 10 Fev. 2019.
- Oliveira, E. T., Vasconcelos, M., Rodarte, R. S., & Esteves, R. Z. (2017). Reflexões Sobre A Prática Pedagógica Dos Cirurgiões Dentistas Preceptores De Estágio. *CIAIQ 2017*, 2.
- Passos, J. C. D. (2015). Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. *Educação em Revista*, 31(2), 155-182.
- Prates, A. A. P. (2007). Universidades VS terciarização do ensino superior: a lógica da expansão do acesso com manutenção da desigualdade: o caso brasileiro, *Sociologias*, (17), 102-123.

- Queiroz, Delcele M. (2013) *O Vestibular E As Desigualdades Raciais*. In: Negro E Educação. Identidade Negra. Pesquisas sobre O Negro E A Educação No Brasil. Vários Autores. Rio De Janeiro: Anped/São Paulo: Ação Educativa, Pp. 07-16.
- Ribeiro, Carlos A. C.; Schlegel, Rogério. (2015). *Estratificação Horizontal Da Educação Superior* (1960 A 2010). In: Arretche, Marta T. S. Trajetórias Das Desigualdades: Como O Brasil Mudou Nos Últimos Cinquenta Anos. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp; Cem
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., Lucio, P. B., Valencia, S. M., & Torres, C. P. M. (2006). *Metodología de la investigación* (Vol. 6). México, DF: Mcgraw-Hill.
- Schwarcz, Lilia K. Moritz. (2015). “Questão Racial e Etnicidade”. In: O Que Ler Na Ciência Social Brasileira (1970-1995) (Org) Miceli, S. São Paulo: Editora Sumaré: Anpocs; Brasília, Df: Capes. Disponível Em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=comdocman&pamptask=doc_vie_w&gid634&Itemid325 Acesso Em 15 Set. 2019.
- Souza, Celina. (2007). *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*. In: Hochman, Gilberto; Arretche, Marta; Marques, Eduardo. (Orgs). (2007). Políticas Públicas No Brasil. Rio De Janeiro: Editora Fiocruz.
- Tavares, M.G.M. E Verçosa, E. G. (2009) UFAL: *De um Fenômeno Tardio a uma Maturidade Singular*. In_ Morosini, M. (Org.) A Universidade No Brasil: Concepções e Modelos.
- Zoninsein, Jonas; Feres Junior, João (Org.). (2008). *Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: EDUFMG.